

A OSC Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta é uma entidade de cunho ambiental e cultural, sem fins lucrativos que foi fundada em 07 de setembro de 2000, tem sede em Belo Horizonte na região do Barreiro e traz publicidade das atividades desenvolvidas.

AGINDO COMO QUEM TEIMA NO QUE LHE FOI DESMENTIDO



Nos últimos tempos, muitos movimentos pró-preservação do meio ambiente vêm surgindo, alguns deles merecem o nosso apoio, pois são movimentos legítimos, de organizações sérias, portanto, legitimadas, são verdadeiras correntes de movimentos sociais que visam proteger o meio ambiente contra danos causados pela humanidade e cujo objetivo é unicamente proteger a biodiversidade existente no planeta e assegurar a sobrevivência das gerações futuras através de fontes de energia renováveis e limpas.

Manter o meio ambiente equilibrado é dever de todos, considerando todas as esferas da sociedade diretamente implicadas e corresponsáveis tanto pelos problemas como pelas soluções que devem ser encontradas.

Chamamos a atenção aos movimentos meramente eleitoreiros, os quais visam a manipulação da população com informações inverídicas e refutáveis, alguns encampados por personalidades políticas, que usam de todos os meios para lograr êxito em campanhas políticas e obtenção de cargos políticos.

A Zeladoria do Planeta, revestida da representatividade prevista em estatuto, manifesta seu repúdio ao uso desvirtuado de informações sob pretexto de proteção ao meio ambiente para fins diversos como por exemplo para fins eleitoreiros, combatendo a desinformação, prezando pelo diálogo intersetorial, nas visitas técnicas, na busca da verdade real, sem protecionismos.

A título de exemplo, o ato político realizado em prol do Parque Estadual da Serra do Rola Moça que na sua concepção, ao invés da preservação de tão importante Unidade de Conservação localizada na Região Metropolitana da Grande Belo Horizonte cercada pela malha urbana dos municípios de Brumadinho, Ibirité, Nova Lima e BH, na verdade foi norteadada pelo descumprimento das normas internas regulamentadas da própria unidade de conservação para a realização de eventos e atos políticos.

O evento foi marcado por atos negligenciadores, como a não identificação dos realizadores, inexistência de segurança dos participantes, de ambulância e de comunicação aos órgãos de segurança para garantir a viabilidade do evento.

A apuração da verdade, pela Zeladoria do Planeta: Os Ministérios Públicos Estadual e Federal já se

manifestaram favoráveis ao procedimento e a Zeladoria do Planeta, na qualidade de Conselheira, representante oficial da sociedade civil organizada no COPAM - Conselho de Políticas Ambientais do Estado de Minas Gerais, realizou visita técnica e após à manifestação do grupo de ambientalistas e realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais renovou o contato com a MGB e obteve os esclarecimentos abaixo:

“A Mina Casa Branca encontra-se desativada há muito tempo e não se pretende retomar atividades de mineração, as quais não devem ser confundidas com a necessidade de descaracterização das duas barragens, conforme disposição legal e cumprimento de decisão judicial. Diversas alternativas foram estudadas e restou estabelecida uma solução técnica de consenso entre os órgãos públicos e a empresa, observados os mais elevados parâmetros técnicos e jurídicos.”

Ainda dentro deste contexto, a Zeladoria do Planeta procurou o órgão licenciador para confirmar as informações e obteve a devida confirmação, baseada em estudos de técnicos altamente qualificados que asseguram que a rota para escoamento do material que objetiva única e exclusivamente a descaracterização das barragens, fator de segurança para toda a sociedade, é a mais adequada e

a amenos impactante. Garantindo, ainda, o total acesso no monitoramento do cumprimento das ações de mitigação e de compensação ambiental bem como o rigoroso controle para que nada além do material estipulado no processo seja removido do local para não se caracterizar extração mineral.

Fica, então, a certeza de que o movimento, apesar de legítimo, segue na mesmice de alusão aos impactos ambientais que são de amplo conhecimento de nossa sociedade frente ao setor de extração mineral, sem apresentar nenhum tipo de proposição de solução e agindo teimando no que lhes foi desmentido? Insistindo em argumentos como: “proibir definitivamente a mineração em todo o Estado de Minas Gerais”. Tal solução não é viável visto que a própria sociedade é a maior consumidora dos produtos cuja base é a extração mineral e que promovem o bem-estar da vida moderna da nossa população, além dos aspectos econômicos ligados a ela.

A Zeladoria do Planeta vem adotando uma postura propositiva para apresentar soluções como, por exemplo: A utilização de material de rejeito classe 2 não perigoso para a recomposição de voçorocas e, consequentemente, aumento da vida útil das pilhas de estéreis que substituam as barragens. Criação de normas que deem segurança jurídica para a destinação de material lenhoso proveniente da supressão licenciada por parte da mineração, de forma a viabilizar o seu retorno para projetos sociais e realizando visitas técnicas oficiais para acompanhamento e monitoramento das mais diversas situações dentro do Estado de Minas Gerais, sendo, muitas vezes criticada, por estar abrindo o diálogo entre os setores produtivo e governamental na busca de viabilização da qualidade de vida de nossa população e da real preservação e conservação dos recursos naturais.

Fica claro que ir contra descaracterização de barragens, contra a criação de APAs, apontar problemas dos impactos ambientais na sociedade sem sugerir ou apresentar projetos para a solução deles, já não é uma atitude que garantem a preservação e a conservação, bem como a garantia da qualidade de vida da nossa sociedade.

FERNANDO BENÍCIO - Diretor presidente da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta



OPINIÃO | Por: JOSÉ CARLOS DE FARIAS – Presidente do Instituto Gestão Brasil Farias.

GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS, COMO RESOLVER ESSE DILEMA E OS LIXÕES

INTRODUÇÃO

Os grandes geradores de resíduos representam um desafio significativo para a gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros. De acordo com o artigo 22 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), esses geradores são responsáveis pelo transporte e destinação adequada de seus resíduos, além de necessitarem de um profissional habilitado para elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

A RESPONSABILIDADE DOS GRANDES GERADORES

Conforme a PNRS, os grandes geradores devem contratar serviços especializados para a gestão de seus resíduos. Isso inclui a coleta, transporte e destinação final, além da elaboração e implementação de um PGRS. Essa responsabilidade não deve recair sobre os municípios, que já enfrentam dificuldades financeiras e operacionais para gerenciar os resíduos domiciliares.

DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS

Muitos municípios alegam não ter condições de implementar aterros sanitários ou outros sistemas de tratamento de resíduos. No entanto, existem tecnologias mais eficientes e menos prejudiciais ao meio ambiente que podem ser adotadas, especialmente em municípios com mais de 40.000 habitantes. A separação dos grandes geradores da coleta domiciliar é essencial para alcançar a sustentabilidade financeira na gestão de resíduos e construir sistemas inteligentes de tratamento de resíduos e eficientes que fazem a separação de todos os resíduos, gerando emprego e renda para o município ou para cooperativas.

CUSTOS PARA OS MUNICÍPIOS

Vamos considerar um município com 100.000 habitantes, onde cada habitante gera aproximadamente 1 kg de resíduo por dia. Isso resulta em 100 toneladas de resíduos por dia. Se o custo de coleta e destinação for de R\$ 450 por tonelada, o município gasta R\$ 45.000 por dia, ou seja, R\$ 1.350.000 por mês.



José Carlos de Faria

Se os grandes geradores representam 30% dos resíduos, o custo mensal seria de R\$ 405.000,00 que não deveria ser arcado pelos cofres públicos. Em 12 meses são 4,86 milhões e em 4 anos são quase 20 milhões que o gestor público está gastando indevidamente.

IMPLEMENTAÇÃO DO PREÇO PÚBLICO

Para resíduos semelhantes aos domiciliares, o município pode coletar os resíduos dos grandes geradores, mas deve estabelecer um preço público. Esse preço deve refletir o custo real da coleta e destinação. Empresas terceirizadas

podem coletar esses resíduos e cobrar conforme o volume gerado, identificado pelo caminhão ou estimado no PGRS.

IMPACTO POLÍTICO E SOCIAL

A separação dos grandes geradores pode gerar impacto político, mas o maior impacto é sobre a população que paga pela coleta das empresas quando tudo está misturado. Informar que essa separação é uma exigência da PNRS e não uma imposição do município é crucial. O Ministério Público deve ser um parceiro nessa ação, cobrando a implementação da separação e segregação dos resíduos.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Considerando um município com 100.000 habitantes e 10.000 grandes geradores, se cada um gerar mais de 200 litros por dia, a receita do município pode aumentar significativamente. Estabelecendo um preço público de R\$ 450 por tonelada, a receita pode chegar a R\$ 4.500.000,00 por mês, dependendo do volume gerado por esses grandes geradores o valor pode ser até 3 vezes mais, podendo implementar uma receita de pelo menos 13,5 milhões ao

mês, ou seja, 162 milhões por ano e 648 milhões em 4 anos. Portanto os impactos são econômicos e não político.

DETERMINAÇÃO E VONTADE POLÍTICA

O que falta para resolver o dilema dos grandes geradores de resíduos é determinação e vontade política. Os gestores públicos precisam estar comprometidos com a implementação das políticas de resíduos sólidos, garantindo que as leis sejam cumpridas e que os grandes geradores assumam suas responsabilidades. A colaboração entre municípios, Ministério Público e a sociedade é essencial para alcançar uma gestão de resíduos eficiente e sustentável.

CONCLUSÃO

Implementar a política municipal de resíduos sólidos é fundamental para alcançar a sustentabilidade econômica e financeira. O Instituto Gestão Brasil oferece um sistema integrado de identificação de grandes geradores, facilitando a recepção, análise e aprovação dos PGRS. Com essas medidas, os municípios podem melhorar a gestão de resíduos e garantir uma tarifa pública justa e sustentável.

EXPEDIENTE

VALE DO JEQUITINHONHA

A Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta, no uso de suas atribuições estatutárias como representante da sociedade civil organizada, vem acompanhando o cumprimento das demandas sociais pelos empreendedores locais em várias visitas técnicas realizadas nos Municípios do Vale do Jequitinhonha para comprovar os devidos retornos sociais e apresenta os resultados efetivos da empresa PLS.



Reforçando seu compromisso com o desenvolvimento social sustentável e a valorização das comunidades do entorno, a PLS deu mais um passo relevante ao lançar a pedra fundamental de uma série de obras estruturantes nas localidades próximas ao Projeto Colina, em Salinas (MG).

O ato simbólico marca não apenas o início das construções, mas também a concretização de demandas históricas de lideranças locais e moradores, que passam a se tornar realidade por meio de uma atuação pautada em escuta ativa e parceria com as comunidades.

CONFIRA OS PROJETOS ANUNCIADOS:

- Comunidade Canela D'ema:** reconstrução do prédio da associação, que será readaptada para receber a instalação da tão aguardada fábrica de farinha, resgatando uma tradição local e promovendo geração de empregos, renda e fortalecimento da economia regional.
- Comunidade Pavão:** revitalização da sede da associação comunitária, garantindo um espaço mais amplo e adequado para encontros, capacitações e atividades locais.
- Comunidade Olaria Bagres:** ampliação da sede da associação e fornecimento de instrumentos musicais, resgatando e fortalecendo a identidade cultural da comunidade quilombola.

- Comunidade Baixa Grande:** construção da nova sede da associação local, fortalecendo a representatividade comunitária e a organização social.
- Comunidade Nova Fátima:** construção de uma creche, promovendo mais segurança e qualidade no cuidado das crianças e ampliando a autonomia das mulheres por meio da possibilidade de inserção no mercado de trabalho.
- Comunidade Curralinho:** entrega de equipamentos agrícolas destinados à agricultura familiar, incentivando a produção local e a autonomia produtiva.

As ações integram o Plano de Desenvolvimento Socioambiental da PLS, alinhadas com os pilares de responsabilidade social, inclusão produtiva e promoção das comunidades tradicionais.

“Estamos comprometidos com um modelo de mineração que respeita, dialoga e promove o desenvolvimento das comunidades. Cada obra lançada simboliza a materialização de sonhos coletivos e o fortalecimento de vínculos com o território”, afirma Marisa César, Diretora de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da PLS.

A PLS acompanhará de perto a execução das iniciativas, com entrega prevista entre 120 e 180 dias, garantindo que os projetos avancem com responsabilidade e gerem benefícios duradouros. Um futuro mais justo e próspero está sendo construído com diálogo, escuta ativa e compromisso genuíno com as pessoas.





ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA

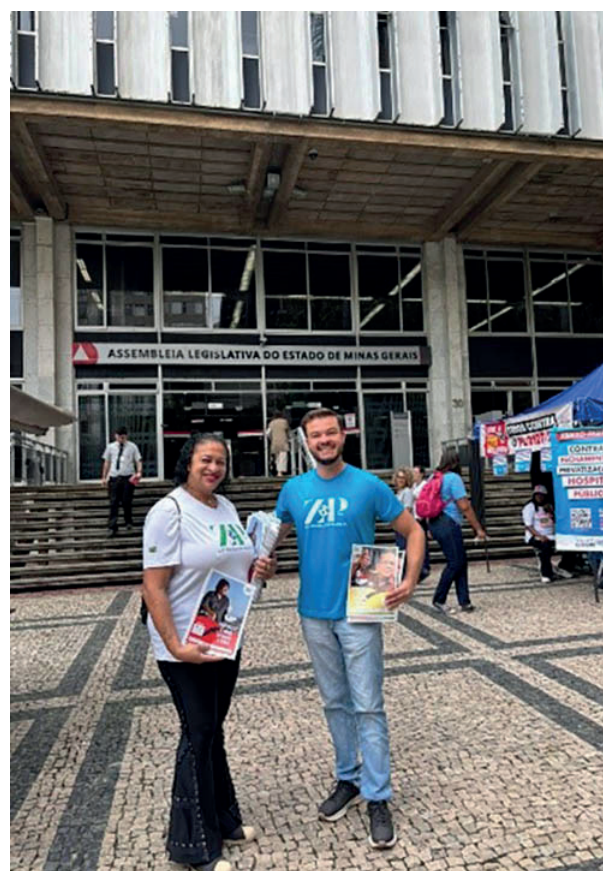
25
anos
ZELADORIA DO PLANETA
MEIO AMBIENTE E CULTURA

ACONTECEU

BLITZ AMBIENTAL EDUCATIVA

A Associação Zeladoria do Planeta traz a publicidade da realização de blitz ambiental educativa com distribuição do informativo Gazeta Planeta em Brumadinho/MG, Serra do Rola Moça, Nova Lima/MG, Ibirité/MG e Belo Horizonte/MG.

Todo nosso impacto gerado com ações e eventos de educação ambiental são compensados com descarbonização através de plantio de mudas.



REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA IEF-CRA-CA/IEF



A Associação Zeladoria do Planeta traz a publicidade de sua participação através do seu presidente Fernando Benício na reunião da câmara técnica especializada de análise dos recursos administrativos do conselho de administração do IEF - CRA-CA/IEF.

Ministério da Cultura,
Governo de Minas
e Cemig apresentam

VIRADA SUSTENTÁVEL BH 2025

7 a 11 de Maio
QUARTA A DOMINGO

Programação
100% gratuita

MANUAL VSBH 2025

Tudo o que você precisa saber pra aproveitar ao máximo nossa virada!

PROGRAMAÇÃO - HORÁRIOS - COMO CHEGAR?

PATROCÍNIO: **OSWIG**, **MINAS GERAIS**, **GOVERNO FEDERAL**

REALIZAÇÃO: **VSBH**, **Minas**, **GOVERNO FEDERAL**



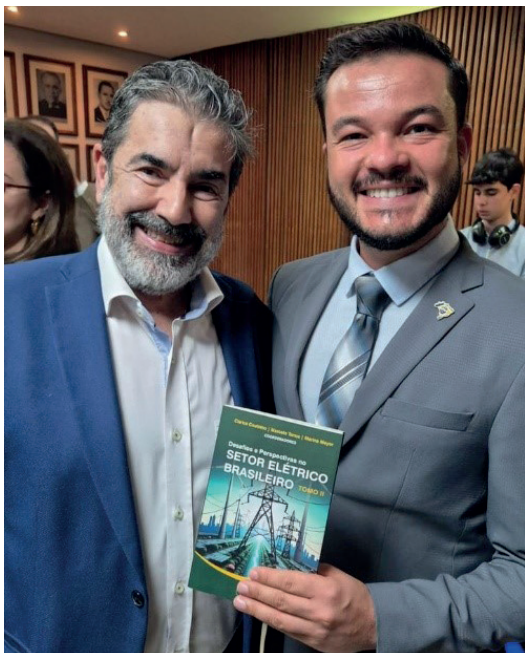
ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA

ACONTECEU

LANÇAMENTO DE LIVRO

Lançamento do Livro *Desafio e Perspectivas do Setor Elétrico Brasileiro*, editado pela Comissão do Direito da Energia da OAB/MG, presidida pela advogada Dra. Marina Meyer. Presentes ao evento o Vice-presidente da Zeladoria do Planeta Gustavo Bleme, e Enio Fonseca, nosso conselheiro e co-autor do livro.



Zeladoria do Planeta realiza visita à sede da Arcelor Mittal em Belo Horizonte



Zeladoria do Planeta esteve presente no Congresso Mineiro de Municípios



ZELADORIA DO PLANETA É APOIADORA OFICIAL DO PROJETO SABOR & CULTURA



CONVITE

Dia: 18/05/2025 | Horário: 18 às 22h
Local: Clube Comercial - Salão da área das Piscinas
Rua José Gonçalves, 710 - Barreiro de Baixo
Cardápio: Feijão tropeiro, arroz e salada.
Sobremesa: Bolo de Aniversário
Entrada: R\$20
Bebidas serão vendidas à parte.
Atrações: Bingo e muita diversão.
Organização: Silvânia Cecília e Márcio Luiz
Apoio: Zeladoria do Planeta
Gravação de CDs com Márcio Luiz

Contato: (31) 99470-9485 (Silvânia)



ARTES PLÁSTICAS - LITERATURA - DANÇA - CAUSOS - HISTÓRIAS



MAIO 2025

APOIO





ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA

UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO X GERAÇÃO PRÓPRIA DE ENERGIA

POR: MARINA MEYER*

Desde a publicação original deste artigo em 2023, o debate sobre a transição energética e a economia de baixo carbono se intensificou globalmente. A COP 27, realizada no Egito, já sinalizava a necessidade urgente de medidas concretas para mitigar as mudanças climáticas. Agora, com os desdobramentos da COP 28 em Dubai, o foco mundial se voltou para a implementação efetiva dos mercados de carbono, a aceleração das energias renováveis e a descarbonização das matrizes energéticas nacionais e empresariais.

A partir de 2024, houve um avanço significativo na regulamentação e operação dos mercados de carbono, especialmente com a adesão de novos países e blocos econômicos ao sistema global de compensação de emissões. O Brasil, por exemplo, estruturou um mercado regulado de carbono mais robusto, atraindo investimentos e incentivando práticas corporativas sustentáveis. As empresas, pressionadas por investidores e consumidores, têm se engajado em iniciativas de neutralização de carbono, reforçando seus compromissos com as metas de redução de emissões até 2030.

O crescimento das energias limpas – como solar, eólica e biomassa – foi avassalador nos últimos dois anos. Esse avanço está diretamente ligado à queda dos custos de tecnologias e à maior disponibilidade de financiamentos verdes. A geração distribuída, sobretudo no segmento residencial e comercial, consolidou-se como uma alternativa viável para consumidores que buscam autonomia energética e redução de custos. A integração dessas fontes na matriz energética nacional trouxe benefícios ambientais e econômicos, impulsionando a indústria e contribuindo para a segurança energética.

A implementação de uma economia de baixo carbono também é importante no contexto da abertura do mercado de eletricidade. A liberalização / abertura do mercado livre, a digitalização e a descentralização (aumento da MMGD) são temas já consolidados, mas que juntamente com o processo de consumo de baixo carbono – se torna necessário o avanço de novas tecnologias em prol de metas mais limpas e mais adequadas à essa nova era da descarbonização.

DESCARBONIZAÇÃO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL:

Empresas de diversos setores vêm



FREEPIK

adotando estratégias para descarbonizar suas operações com o foco em evolução empresarial além do processo urgente de descarbonização. No setor energético, observa-se uma reestruturação dos portfólios com maior participação de fontes renováveis. A indústria, por sua vez, investe em processos produtivos mais eficientes e na utilização de combustíveis alternativos de baixa emissão. Esses movimentos são reforçados por políticas públicas que incentivam a inovação e a adoção de tecnologias limpas.

Até a reforma tributária (com a Lei Complementar 214/2025) trouxe em seu bojo aspectos de créditos presumi-

dos do IBS e da CBS ao contribuinte sujeito ao regime regular que adquirir resíduos sólidos de coletores incentivados para utilização em processo de destinação final ambientalmente adequada. Ou seja, o processo de descarbonização está além dos processos de mudanças internas nas empresas e já alcança também a parte legislativa.

Contudo, mesmo apesar dos avanços, os desafios permanecem. A necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, a atualização dos marcos regulatórios e a conscientização da sociedade sobre o consumo responsável são pontos críticos. A colaboração entre governos, empresas e cidadãos será fundamental para acelerar essa transição e garantir que os compromissos internacionais sejam cumpridos.

O cenário atual mostra que a era das economias de baixo carbono não é mais uma perspectiva futura, mas uma realidade em transformação! A inserção do mercado de carbono e a expansão das energias renováveis evidenciam a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social. O caminho rumo a uma matriz energética descarbonizada é desafiador, mas imprescindível para um futuro sustentável.

A implementação do conceito de

Open Energy é importante no contexto de avanço acelerado da abertura do mercado de eletricidade. A abertura do mercado (liberalização), a digitalização e a descentralização (aumento da MMGD) são temas já consolidados, e o Open Energy irá aumentar a transparência e incentivar a inovação – mediante o cumprimento da legislação de proteção a dados, que deverá ser cumprida integralmente.

***MARINA MEYER FALCÃO:** Presidente da Comissão de Direito de Energia da OAB/MG, Diretora Jurídica da EGS – ENERGY GLOBAL SOLUTION e Diretora Jurídica do INEL, advogada e Sócia na MANUCCI ADVOGADOS, Professora da PUC em Pós-Graduação em Energias Renováveis; Advogada especialista em Direito de Energia. Membro representante do Estado de Minas Gerais na missão Energias Renováveis na Alemanha em 2018 e nos Estados Unidos em 2016 (The U.S. Department of State's sponsoring an International Visitor Leadership Program project entitled "Modernizing the Energy Matrix to Combat Climate Change," for Brazil in 2016), Autora de 3 Livros em Direito de Energia, MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Pós-graduada em Gestão Ambiental pelo Instituto de Educação Tecnológica – IETEC. Graduada pela Universidade FUMEC. Membro da Comissão de Energia da OAB – MG, Presidente da Comissão de Direito da Geração Distribuída da OAB – MG; Membro da Câmara de Energia, Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG; Ex-Superintendente de Política Energética do Estado de Minas Gerais (2009 a 2014); Ex-Conselheira do Conselho de Política Ambiental – COPAM do Estado de Minas Gerais (2009 a 2014); Ex-Secretária Executiva do Comitê Mineiro de Petróleo e Gás.



Marina Meyer Falcão



25 ANOS ZELADORIA DO PLANETA – MEMÓRIAS





ZELADORIA DO PLANETA

MEIO AMBIENTE E CULTURA



ZELADORIA DO PLANETA
MOBILIZA MAIS DE 700
PESSOAS NO ROLA MOÇA



DENUNCIE CRIMES
AMBIENTAIS LIGUE:

193



190

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

0800-061-8080



(31) 98520-1211



NÃO DEIXE O FOGO APAGAR A VIDA

COM RESPOONSABILIDADE AMBIENTAL:



Siderúrgica Setegusa



FIEMG

SINDIEXTRA



INSTITUTO
AME
AMBIENTE, MINERAÇÃO E ENERGIA



ALGER
Consultoria e Assessoria Jurídica

